

PARECER JURÍDICO**Adesão de Ata de Registro de Preços nº 107/2021 - SRP****Pregão Eletrônico SRP nº: 024/2022 – SARP/MA****Interessados:** Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos, Secretário de Educação, Secretaria de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social.**ASSUNTO:** Adesão de Ata de Registro de Preços, que tem por objeto a aquisição de material gráfico (bloco, envelope, filipeta, informativo, pasta e panfleto) de interesse do município de Arame – MA.**I- RELATÓRIO**

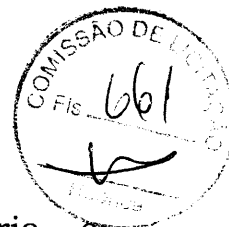
Trata-se de procedimento prévio com escopo no Processo de Adesão a ata de Registro de Preços nº 107/2022-SEGEPE, sob Pregão Eletrônico nº 024/2020 – SARP/MA, da Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores do Estado do Maranhão, para **ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO (BLOCO, ENVELOPE, FILIPETA, INFORMATIVO, PASTA E PANFLETO) DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE ARAME – MA.**

Vieram os autos até aqui constando 222 páginas, e constam os seguintes documentos, que foram apresentados ao processo:

- 1) Cópia da Ata de Sessão Pública nº 024/2021 – SRP (fls. 01-427);
- 2) Cópia do Contrato (fls. 428-430);
- 3) Cópia do Parecer Jurídico (fls. 431-434);
- 4) Cópia termo de homologação (fls. 435-445);
- 5) Justificativa para procedimento de adesão de ata de registro de preços (fls. 446);



- 6) Pesquisa de preços (fls. 447-473);
- 7) Termo de Referência (fls. 473-485);
- 8) Ofício de solicitação a empresa e itens pretendidos no procedimento (fls. 486-488);
- 9) Aceite da empresa prestadora de serviços (fls. 489);
- 10) Ofício de solicitação para adesão da Ata e Itens Pretendidos no Procedimento (fls. 490-492);
- 11) Aceite da SEGEP- MA (fls. 493);
- 12) Dotação Orçamentária (fls. 494-501);
- 13) Declaração de impacto e adequação orçamentária e financeira (fls. 502-503);
- 14) Juntada da Portaria (fls. 504-510);
- 15) Autorização para Adesão de Ata (fls. 511);
- 16) Autuação do Processo (fls. 512);
- 17) Despachos de solicitação para a análise e emissão de parecer para a procuradoria (fls. 93-94);
- 18) Minuta do Contrato (fls.515-520);
- 19) Cópia do Parecer Edital (fls. 521-527);
- 20) Autorização do Edital (fls. 528);
- 21) Aviso de Publicação do Edital (fls. 529-533);
- 22) Cópia do Edital (fls. 534-575);
- 23) Habilitação (fls. 576-629);
- 24) Parecer Conclusivo (fls. 630-631);
- 25) Homologação (fls. 632-635);
- 26) Nova Habilitação (fls. 636-659);



Em seguida, e por força do disposto no parágrafo único do art. 38 da lei nº 8.666/93, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica, para análise prévia dos aspectos jurídicos.



Este parecer, tem escopo de assistir à administração municipal no controle interno da legalidade dos atos administrativos praticados na fase preparatória da licitação.

A justificativa da contratação se faz necessária expressamente as vantagens que a administração pública tem ao aderir a Ata de Registro de Preços, em questão, pois evita a celebração de um novo processo administrativo, sendo menos complexo e burocrático, facilitando assim o trabalho da gestão pública.

Nesse sentido, deve-se salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos em epígrafe. Destarte, incumbe, a este assessor jurídico, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Prefeitura Municipal de Arame Maranhão, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o breve relatório dos fatos

II) FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Visto que os autos tratam sobre o Procedimento para Adesão a Ata de Registro de Preços, amplamente utilizado nos dias atuais, que proporciona uma maior agilidade e um melhor aproveitamento dos recursos públicos, reduzindo os custos e o tempo nas contratações.

Demonstrando a existência de Ata de Registro de Preço n. 107/2022-SEGEP, realizado pela Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores do Estado do Maranhão, optou por o Gestor Municipal aderir à mesma.

A princípio, faz-se necessário fazer algumas observações quanto a legalidade do Sistema de Registro de Preços, visto que o mesmo disciplinado no artigo 15º inciso II e §§ 1º a 6º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

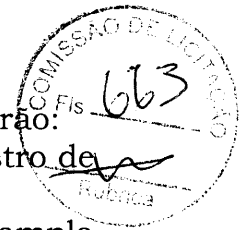
III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

Ademais, o artigo relatado prevê a possibilidade dos demais órgãos da administração pública que não tenham participado do Registro de Preços fazerem uso das atas já celebradas, durante a sua vigência, na condição de órgão aderente, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde



A

que devidamente comprovada a vantagem, como visto no presente caso.

Após se efetuar os procedimentos do SRP, é assinada uma Ata de Registro de Preço – ARP, que concerne em um documento de compromisso para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

Como evidencia o artigo 3º da decreto nº 7.892/2013, onde mostra as hipóteses do sistema de registro de preços vejamos:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando, for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Verifica-se que como citado, inúmeros são os requisitos para que a Ata de Registro de Preços possa ser admitida por outro ente da Administração não participante da licitação.

Entretanto o citado decreto tem como referência que a primeira condição a ser atendida deve ser que a ata pela qual se pretende aderir tenha reservado quantitativo do objeto a ser adquirido por órgãos não participantes, a segunda consiste em obter anuência do órgão gerenciador, deixando claro a

necessidade de aprovação da ata, condições estas previstas nos artigos 9º, inc. III, e art. 22 do Decreto nº 7.892/2013.

III) CONCLUSÃO

Assim, temos que o certame poderá ser realizado sob **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, tendo em vista, os benefícios já pontuados no presente parecer e uma vez que, as documentações necessárias para o prosseguimento do feito estão anexadas ao processo.

Diante do exposto, entende-se como adequado os procedimentos administrativos adotados para Adesão a ata de Registro de Preços nº 107/2022 - SEGEP, sob Pregão Eletrônico nº 024/2020, pois condiz com os preceitos legais estabelecidos pelo art. 15, § 3º da Lei nº 8.666/93, e Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 desse modo esta Assessoria manifesta pela possibilidade jurídica de Adesão de ata de registro de preços, realizado pela Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores do Estado do Maranhão, que tem por objeto Adesão de Ata de Registro de Preços, que tem por objeto a aquisição de material gráfico (bloco, envelope, filipeta, informativo, pasta e panfleto) de interesse do município de Arame – MA, deixando registrado a avaliação da conveniência e oportunidade é de competência exclusiva do gestor municipal, que deve ponderar sobre as vantagens, ou não da pretendida adesão.

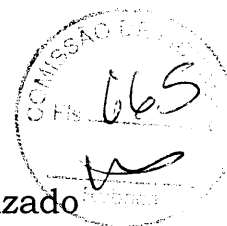
Arame – MA, 20 de janeiro de 2022

Anderson Mota Brito



Assessor Jurídico

OAB/MA nº 18.548



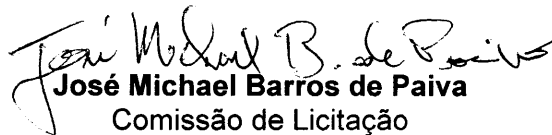


ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAME
CNPJ: 12.542.767/0001-21 – FONE: 99 984847427
Rua Nova, SN, Centro CEP. 65.945-000 – ARAME - MA
DECLARAÇÃO DE DISPENSA

A Comissão de Licitação do Município de Arame/MA, através da Secretário Municipal de Administração e Rec. Humanos, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Adesão de Ata de Licitação nº AD 002/2021-DIV, vem emitir a presente declaração de licitação, amparada no Art. 15, Decreto Federal nº 7.892/2013, que dispõe sobre Adesão de Ata e os procedimentos a elas pertinentes e suas atualizações posteriores, visando a Adesão de Ata de Registro de preço, tendo por objeto, Eventual e futura prestação de confecção e reprodução de materiais gráficos diversos para atender a necessidades das secretarias Municipais de Educação, Saúde, Assistência Social e Administração, de interesse do Município de Arame/MA, pelo valor de R\$ 484.647,06 (quatrocentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e quarenta e sete reais e seis centavos).

Assim, nos termos do art.26, da Lei nº 8.666/93, vem comunicar ao Exmo. Sr. LÁZARO RUBEN GARCIA MATIAS Secretário Municipal de Saúde, ELIZEU CHAVES ALBUQUERQUE Secretário de Educação, NEUSA MARIA GOMES DUARTE Secretária de Assistência e promoção Social e OSMAR DA SILVA LIMA Sec. de Administração e Rec. Humanos, da presente declaração, para que proceda, se de acordo, a devida ratificação.

Arame - MA, 21 de Janeiro de 2022.


José Michael Barros de Paiva
Comissão de Licitação
Presidente